UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
CAMPUS PASSO FUNDO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO

DIANDRA BALBINOT

AGRICULTURA FAMILIAR: Avaliação da linha de crédito PRONAF Mais Alimentos em duas unidades familiares

PASSO FUNDO
2013

DIANDRA BALBINOT

AGRICULTURA FAMILIAR: Avaliação da linha de crédito PRONAF Mais Alimentos em duas unidades familiares

Estágio Supervisionado apresentado ao Curso de Administração da Universidade de Passo Fundo, campus Passo Fundo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Administração.
Orientador: Prof. Esp.Avelino Marcos Guarienti

PASSO FUNDO

2013

DIANDRA BALBINOT

AGRICULTURA FAMILIAR: Avaliação da linha de crédito PRONAF Mais Alimentos em duas unidades familiares

Estágio Supervisionado aprovado em 07 de dezembro de 2013, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração no curso de Administração da Universidade de Passo Fundo, campus Passo Fundo, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Esp. Avelino Marcos Guarienti
UPF – Orientador

Prof. Ms. Amanda Guareschi
UPF

Prof. Ms. Marcos Nickorn
UPF

PASSO FUNDO

2013

Dedico este trabalho especialmente aos meus pais e a todos que trilharam comigo esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo à Deus pela vida e pela inspiração nos momentos mais difíceis da jornada.

À Universidade de Passo Fundo, pelo apoio institucional concedido durante a realização do curso, aos professores que contribuíram para o meu aprendizado e a minha formação profissional.

Um agradecimento especial ao orientador Prof. Esp. Avelino Marcos Guarienti pela sua disponibilidade, orientação, apoio, motivação e conhecimento repassado.

Agradeço os meus pais por sempre me incentivarem e estarem presentes nos momentos especiais da minha vida.

Aos colegas pelo companheirismo e amizade durante esta jornada.

À todos que de alguma forma estiveram presentes e dividiram comigo ensinamentos, palavras de conforto e otimismo.

“A Agricultura é a arte de saber esperar”

RICARDO BACCHELLI

RESUMO

BALBINOT, Diandra. **Agricultura Familiar:** Avaliação da linha de crédito PRONAF Mais Alimentos em duas unidades familiares. Passo Fundo, 2013, 53f. Estágio Supervisionado (Curso de Administração). UPF, 2013.

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre a gestão e o trabalho. O PRONAF busca fortalecer as atividades desenvolvidas pelos produtores familiares, fazendo com que o mesmo possa interagir e integrar a cadeia de agronegócios, agregando renda e valorizando o agricultor.Este estudo tem o objetivo de analisar se a linha de crédito Mais Alimentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) está ajudando a agregar renda na propriedade e qual é o nível de satisfação dos agricultores em relação ao programa. Os recursos liberados para esta linha são destinados a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços na unidade familiar. O PRONAF é a principal política pública de crédito oferecida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, onde o agricultor familiar pode ter acesso as suas linhas de crédito de acordo com a necessidade da propriedade e capacidade de pagamento. Em busca de atingir os objetivos propostos, o estudo buscou demonstrar aspectos conceituais e estruturais relacionados ao acesso ao PRONAF, por meio de um levantamento de caráter descritivo, onde a abordagem do problema foi quantitativa e qualitativa. Com este trabalho conclui-se que os agricultores souberam utilizar o bem financiado para aumentar a produtividade dentro da propriedade, conseqüentemente agregando mais renda. Sobre a satisfação dos produtores, em relação ao programa como um todo, os mesmos se sentem satisfeitos, apesar de algum momento terem sentido alguma dificuldade na obtenção do crédito.

Palavras-chave: PRONAF. Política Pública. Agricultor Familiar.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo de crédito PRONAF safra 2013/2014 29
Quadro 2 - Produção por safra do entrevistado 1 35
Quadro 3 - Produção por safra do entrevistado 2 35
Quadro 4 - Descrição dos valores dos financiamentos 36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Melhorias na produtividade 36
Tabela 2 - Grau de dificuldade para a liberação do financiamento 37
Tabela 3 - Acesso aos financiamentos antes da existência do PRONAF 37
Tabela 4 - Rentabilidade 37
Tabela 5 - Agregação de renda 38
Tabela 6 - Forma de pagamento 38
Tabela 7 - Satisfação com o programa 39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA 12
1.2 OBJETIVOS 12
1.2.1 Objetivo Geral 12
1.2.2 Objetivos específicos 13
2 REVISÃO DE LITERATURA 14
2.1 DEFINIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR 14
2.1.1 Classificação e estrutura produtiva das propriedades familiares 16
2.2 RAÍZES HISTÓRICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR 18
2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO 19
2.4 A AGRICULTURA E O SINDICALISMO 21
2.5 O AGRICULTOR FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS 21
2.5.1 Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar 24
2.5.1.1 Pronaf e suas linhas de crédito 25
2.5.1.2 Plano Safra 2013/2014 da Agricultura Familiar 27
3 METODOLOGIA 30
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA 30
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA 31
3.3 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS 32
3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 32
3.5 VARIÁVEIS DE ESTUDO 32
3.5.1 Agregação de renda 32
3.5.2 Satisfação do agricultor familiar com as linhas de crédito do PRONAF 33
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 34
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE ESTUDADO 34

4.2 AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ACESSO, PRODUTIVIDADE E AGREGAÇÃO DE RENDA 36
4.3 AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E SATISFAÇÃO 38
4.4 SUGESTÕES 39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 40
REFERÊNCIAS 42
APÊNDICES 44
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O ENTREVISTADO 1 45
APÊNDICE B - ENTREVISTA COM O ENTREVISTADO 2 47
ANEXOS 49
ANEXO A- PLANO SIMPLIFICADO DE CRÉDITO- COOPERATIVA CRESOL DO ENTREVISTADO 1 50
ANEXO B - PLANO SIMPLIFICADO DE CRÉDITO-COOPERATIVA CRESOL DO ENTREVISTADO 2 52

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar é uma forma de produção onde é predominante a interação entre a gestão e o trabalho. Os agricultores juntamente com a ajuda dos componentes familiares formam o núcleo familiar, interagindo com a força de trabalho, num só objetivo, o crescimento e o desenvolvimento do seu negócio.

Desta forma os agricultores coordenam o processo produtivo de suas propriedades focando na diversificação e utilizando a mão-de-obra familiar complementado, eventualmente, pelo trabalho assalariado.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado pelo governo federal com o intuito de enquadrar os agricultores familiares como beneficiários de linhas de crédito rural e objetivando, principalmente, fixar os mesmos à terra, com a pretensão de promover o desenvolvimento sustentável no meio rural. O agricultor familiar que consegue se organizar em seus projetos e aumentar seu potencial produtivo, tem uma melhoria de renda, que lhe permite, inclusive, contratar empregados para os serviços gerais, melhorando sua qualidade de vida.

A criação do PRONAF fez com que muitos agricultores tivessem alternativas de potencializar os ganhos na sua propriedade, conseguindo acompanhar os avanços tecnológicos e facilitando sua permanência no campo, produzindo alimentos e garantindo a segurança e a soberania alimentar do país.

A avaliação do programa por parte dos beneficiados é muito importante para que cada vez mais o governo gere oportunidades e programas que façam a diferença. Fazer a análise de quanto cada linha de crédito ajudou a agregar de renda na propriedade é importante para avaliar se os recursos disponibilizados foram suficientes para que o agricultor tivesse condições de sobreviver e poder evoluir dentro da sua própria propriedade,

produzindo cada vez mais alimentos.

1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

A Agricultura Familiar possui uma grande capacidade de absorver mão-de-obra e gerar renda. É muito importante que haja incentivos por parte do governo para que o pequeno produtor permaneça no campo, diversifique cada vez mais a sua produção e tenha acesso aos programas oferecidos pelo governo federal.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de avaliar, nas unidades familiares, como está o acesso aos programas de incentivo, mais precisamente do PRONAF Mais Alimentos.

A pesquisa se realizou nas propriedades dos agricultores familiares, avaliando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mais especificamente a linha de crédito PRONAF Mais Alimentos verificando a forma como o mesmo está sendo utilizado, quais são as dificuldades encontradas para obtenção de crédito, de que forma o programa está agregando mais renda para o agricultor familiar e se o produtor está satisfeito com o programa.

A questão principal da pesquisa é como o agricultor está utilizando este benefício, fazendo uma breve análise de como era o acesso a financiamentos antes da existência do PRONAF e se o agricultor familiar conseguiu potencializar a sua propriedade depois que teve acesso às novas linhas de crédito.

Também é importante que se possa avaliar a percepção e o nível de satisfação do agricultor com um programa que o mantenha no campo, auxiliando no seu crescimento e, além disso, responder a seguinte pergunta: **A linha de crédito Mais Alimentos está ajudando a agregar renda nas duas unidade familiares e quais os seus benefícios?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar se a linha de crédito Mais Alimentos do Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar está ajudando a agregar renda na propriedade e qual é o nível de satisfação dos agricultores em relação ao PRONAF.

1.2.2 Objetivos específicos

- Contextualizar e entender o cenário atual da agricultura familiar;

- Descrever o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e suas linhas de crédito;

- Avaliar a eficiência do PRONAF nas unidades familiares;

- Analisar, sistematicamente, como os recursos do PRONAF Mais Alimentos estão sendo utilizados pelos agricultores familiares e quais os benefícios que estão trazendo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo é apresentada a revisão de literatura, destacando conceitos e concepções relacionados ao tema da pesquisa, sendo abordada a agricultura familiar e a seguir o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e os meios de produção agrícola familiar.

2.1 DEFINIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

"No Brasil a agricultura familiar é definida pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, como o cultivo de terra realizado por pequenos proprietários, tendo como mão de obra essencialmente o núcleo familiar". (ANUÁRIO, 2013, p. 10).

São os componentes familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação de produtos. (ANUÁRIO, 2013, p. 8).

Segundo Altafin (2013,), existem muitas vertentes que definem a agricultura familiar, dentre as quais se destacam duas: uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. E a outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas.

"O agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família". (TEDESCO, 2001, p. 62).

> O fato de a produção ser realizada pela família faz com que não exista a separação, comum em outras organizações, entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores. Nestas, a família é, ao mesmo tempo, proprietária e a principal fonte de trabalho na unidade de produção. E para a família, a unidade de produção se constitui um patrimônio e um local de trabalho. (LIMA et al., 1995, p. 31).

Mesmo não existindo uma divisão formal e hierárquica rígida do trabalho, ocorre uma certa repartição de tarefas, funções e responsabilidades. O pai e/ou a mãe são os principais responsáveis pelo conjunto do sistema. São os pais que tomam as decisões mais importantes. A mãe é a principal responsável pelas atividades domésticas. O pai e o filho mais velho cuidam da produção e dos negócios. As filhas se dedicam juntamente com a mãe, às atividade do lar e de autoconsumo. Nos momentos de acúmulos todos participam da atividade produtiva. (LIMA et al., 1995, p. 31).

Montoya (2001, p. 209) afirma que em geral, “o produtor que administra individualmente, com sua família, uma área reduzida de terra (própria ou de outros) e que nela emprega predominantemente mão-de-obra familiar, cuja produção está parcial ou totalmente orientada para o mercado, é denominado como agricultor familiar”.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) definem a agricultura familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes. (BLUM, 2001, p. 62).

Considerando a visão de Blum (2001, p. 64) “a dificuldade de caracterização da agricultura familiar não deve depor quanto a sua importância, mas, sim, provocar estudos empíricos mais aprofundados quanto à sua fundamentação socioeconômica”.

Para Veiga (1991 apud BLUM, 2001, p. 64) “quando se analisa a agricultura numa perspectiva histórica, a forma predominante de agricultura em todos os países capitalistas é a agricultura familiar”.

A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar, reconhecendo o seu papel fundamental para a segurança alimentar no mundo. (ANUÁRIO, 2013, p. 10).

Grande parte dos alimentos consumidos pelo mundo provém da agricultura familiar. A unidade familiar é fonte de diversificação de alimentos, onde produz em uma pequena

área de terra o suficiente para a subsistência humana.

2.1.1 Classificação e estrutura produtiva das propriedades familiares

A maior parte de propriedades rurais no Brasil pertencem a agricultores familiares, onde produzem alimentos e diversificam culturas agregando mais renda e garantindo a soberania alimentar.

“Cerca de 85% (oitenta e cinco por cento) do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de unidades produtivas”. (ANUÁRIO, 2013, p. 11).

> Foram identificados 4,367 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Esse numeroso contingente de agricultores familiares ocupa uma área de 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. (ANUÁRIO, 2013, p. 11).

Para Lima et al. (1995, p. 29) com base nos objetivos, na racionalidade e nas condições de produção, os produtores tomam e executam suas decisões estratégicas e táticas relativas à produção. As decisões tomadas dentro da propriedade e as ações implementadas, associadas às condições de produção determinam diferentes níveis de acumulação e possibilidade de reprodução das unidades de produção.

> Na condição de produtores familiares, a principal finalidade atribuída às suas unidades de produção está associada fundamentalmente à reprodução da família, preferencialmente como agricultores. Esta é a expectativa considerada possível, por este tipo de agricultores, tendo em vista as suas condições. Mas, para concretizar esta finalidade, eles buscam, necessariamente, viabilizar técnica e economicamente suas unidades de produção. Por isso, o grande projeto dos produtores familiares é reproduzir, ao mesmo tempo, a família e a unidade de produção. (LIMA et al., 1995 p. 32).

Na visão de Campos (2000, p. 11) todas as alternativas de utilização da pequena propriedade como fonte geradora de emprego e renda a partir da produção de produtos agrícolas ecológicos, devem ser estabelecidas a partir de um novo padrão de desenvolvimento sustentável. Este padrão deve levar em consideração a necessidade de um gerenciamento ambiental fundamentado numa seleção de atividades práticas agrícolas compatíveis com as aptidões e capacidades de uso dos diversos tipos de solos existentes localmente.

> As particularidades das condições sociais, econômicas e políticas, sob as quais a agricultura familiar tem se desenvolvido definem um campo de possibilidades e objetivos de atuação específico para os agricultores familiares. Isto determina, para este tipo de unidade de produção, uma racionalidade administrativa própria, a qual é, essencialmente, distinta da racionalidade típica das grandes organizações, em geral, e das empresas, em particular. (LIMA et al., 1995, p. 34).

Para Montoya (2001, p. 179) com base nos princípios da Revolução Verde, ao longo das últimas décadas, na economia mundial, os sistemas produtivos agrícolas sofreram transformações importantes. Os reflexos destas transformações fizeram-se presentes nos diversos países, à medida que alcançavam ganhos de produtividade via incorporação de novos fatores de produção, tais como: uso de sementes melhoradas; adubos químicos; agrotóxicos e maquinaria agrícola.

> No Brasil, o conjunto dessas transformações estruturais foi conhecido como a fase de modernização da agricultura. Posteriormente, com a expansão da produção industrial, assentada no modelo de substituição de importações -inicialmente dirigida para a produção de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital-, a agricultura deixou de ser um setor econômico distinto, passando rapidamente a se integrar à dinâmica da produção industrial, naquilo que ficou conhecido como complexos agroindustriais ou agronegócios. Com base nesses fatos, pode-se afirmar que a produção passou a se situar, economicamente, entre as indústrias produtoras de bens e insumos para a agricultura (a montante) e as indústrias processadoras e de serviços de base agrícola (a jusante). (MONTOYA, 2001, p. 180).

A FAO e o INCRA, baseados na renda monetária bruta, que é a diferença entre receitas e despesas, classificam as propriedades em patronais e familiares. As familiares dividem-se em: consolidadas, em transição, e periféricos. (BLUM, 2001, p. 64-65).

Seguindo a classificação exposta por Blum (2001, p. 71) empresa familiar consolidada são propriedades semi-especializadas e diversificadas (três a cinco atividades), cujo proprietário mora na propriedade. Usam alta tecnologia e geralmente recorrem a crédito rural. São produtores mais esclarecidos, cosmopolitas, com boa liderança nas comunidades, que buscam assistência técnica e creditícia; possuem bom poder de análise, discernimento e gerenciamento.

Dando sequência a esta classificação, segundo Blum (2001, p. 71), empresa familiar em transição são propriedades com um nível de diversificação maior (três a seis atividades), cujo o proprietário mora nela. Usam uma tecnologia média e a utilização de crédito rural é menor ou incipiente. São produtores com menor esclarecimento que os consolidados; menos cosmopolitas; com média liderança nas comunidades, que buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia; possuem médio poder de análise, discernimento e

gerenciamento.

A propriedade familiar periférica ou de subsistência é a última na classificação segundo Blum (2001, p. 72). São propriedades muito diversificadas (quatro a sete atividades) O seu proprietário mora na propriedade. Usam baixa tecnologia, pouca mecanização. A utilização do crédito rural é inexistente ou incipiente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele. São produtores de pouco esclarecimento, que quase não saem da propriedade, não tem liderança, buscam pouco ou nem buscam assistência técnica e creditícia; têm dificuldades quanto ao poder de análise, discernimento e gerenciamento.

2.2 RAÍZES HISTÓRICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Segundo Wanderley (2001, p. 21-22) “a agricultura familiar não é uma categoria social recente, e nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. Sendo, no entanto, sua utilização, com o significado e a abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação”.

Com base nessa ideia Wanderley (2001, p. 22) acredita que atualmente:

> Fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los fundadas em tipologias que se baseiam em uma viabilidade econômica e social diferenciada.

Muitas terminologias foram empregadas historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição de termos acompanha a própria evolução no contexto social e as transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado, também, de novas percepções sobre o mesmo sujeito social. (ANUÁRIO, 2013, p. 10).

O camponês se ocupou do exercício de múltiplas atividades e é somente a partir da modernização que o sentido das mudanças aponta na direção de uma crescente e incessante especialização. O materialismo histórico, trouxe contribuições no sentido de identificar os efeitos do desenvolvimento capitalista e da industrialização no plano da supressão de tarefas que o camponês polivalente executava em sua unidade de produção e que são transferidas e substituídas pelas manufaturas emergentes. (ANJOS, 2003, p. 45).

> A presença dos agricultores familiares modernos tem sido percebida por alguns estudiosos como o resultado de uma ruptura profunda e definitiva em relação ao passado. Tratar-se-ia, nessa perspectiva, de um personagem todo novo, distinto do seu ancestral camponês, gestado a partir dos interesses e iniciativas do Estado. (WANDERLEY, 2001, p. 34).

"É bem verdade que a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna; o agricultor se profissionaliza; o mundo rural perde os seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional". (WANDERLEY, 2001, p. 35).

2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

A partir dos anos de 1990 se populariza no Brasil o termo agronegócio e na visão de Sauer (2008, p. 14) este termo designa, a princípio, um conjunto de ações ou transações comerciais (produção, industrialização e comercialização), negócios relacionados à agricultura e pecuária.

> A apropriação do conceito agronegócio, materializado na constituição da Abag, no início dos anos 1990, visava construir uma representação do setor patronal rural moderno, tecnificado e eficiente. (SAUER, 2008, p. 24-25).

O processo de modernização agropecuária foi implantado graças à capitalização do setor latifundista, que serviu como uma compensação econômica à oligarquia, ao setor patronal rural. Este abriu mão de parte significativa de suas capacidades e responsabilidades de direção política em troca de favores econômicos, concedidos sob a forma de subsídios e incentivos fiscais, os quais permitiram uma modernização econômica e tecnológica do setor. (SAUER, 2008, p. 40).

Apesar da pobreza gerada pela concentração fundiária, a questão agrária brasileira não pode ser restrita a um problema social e à conseqüente busca da solução meramente econômica. O desafio não se resume em implementar um reforma agrária redistributiva para resolver problemas econômicos, não obstante a insistente relação entre a democratização da propriedade fundiária e o consecutivo fortalecimento e expansão da agricultura familiar. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 1995).

Para Veiga (1994, apud SAUER 2008, p. 56) é necessário:

> Ter uma reforma agrária que desafogue os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis; uma reforma agrária que transforme arrendatários em proprietários; uma reforma agrária que ofereça terra aos filhos dos pequenos proprietários; enfim uma reforma agrária cuja diretriz central seja o fomento e o apoio a agricultura familiar.

A agricultura enquanto setor econômico acha-se submetida a um duplo processo: do ponto de vista estrutural enfrenta-se à respectiva perda da importância relativa enquanto atividade produtiva, cuja manifestação patente reside no paulatino descenso da população ativa agrária e na sensível diminuição de seu peso específico no Produto Interno Bruto (PIB) dos mais distintos países.

Não obstante, há que considerar que a produção agropecuária está cada dia mais vinculada ao resto da economia, de sorte que no estudo de suas linhas de evolução e do sistema alimentário em geral, há que posicionar-se de um ponto de vista mais amplo da economia mundial.

> Este declive acarreta inúmeras conseqüências, especialmente no plano político no que diz respeito à representação das classes agrárias. Estas assistem à diminuição de seu protagonismo frente à emergência de novos atores sociais, que, por seu turno, são desafiados no sentido da busca de novas bases e estratégias de legitimação de seu papel na sociedade. (ANJOS, 2003, p. 91).

Na visão de Montoya (2001, p. 209) para o agricultor familiar, o contexto econômico que as estruturas de mercado lhe impõem, aparentemente, não é o melhor, visto que, de um lado, existe no agronegócio brasileiro uma tendência natural à concentração de maior renda nos mercados da jusante (indústrias processadoras e de serviços de base agrícola) e, de outro, essa tendência está presente nos mercados da montante (indústrias produtoras de bens e insumos para a agricultura) em virtude da utilização crescente de tecnologia ou de insumos modernos nas atividades rurais.

> As diferenças gritantes do custo de oportunidade de capital (rentabilidade do capital) nos agregados do agronegócio brasileiro fazem com que os investimentos estrangeiros e nacionais sejam canalizados através das indústrias da montante e da jusante, ao passo que, na produção rural, os investimentos tendem a ser realizados preponderantemente com capital próprio, em estrutura de produção familiar e com pouca mão-de-obra assalariada. (MONTOYA, 2001, p. 209).

Um caminho adequado de desenvolvimento, segundo Montoya (2001, p. 215) é o funcionamento da agroindústria para o produtor familiar, quando bem estruturado em um sistema econômico; quando mal-estruturada, é o principal elemento de estrangulamento. Onde tudo dependerá das condições de concorrência imperfeita no agronegócio: por um lado, de um tratamento diferenciado para o agricultor familiar que objetive aumentar sua

produtividade, a capacidade de agregar valor a seus produtos, de identificar nichos de mercado, capacidade de organizar-se associativamente, e, por outro, da capacidade de os governos implementarem instrumentos que permitam controlar o poder de mercado que os oligopólios da montante e jusante detêm.

2.4 A AGRICULTURA E O SINDICALISMO

O surgimento dos movimentos sociais rurais, em meados de 1980, é o resultado da necessidade de resistência a um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador de renda e de terra. Esse desenvolvimento econômico possui, um caráter antidemocrático, e os movimentos agrários materializam a busca de inclusão, integração e democratização das relações sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade brasileira. As mobilizações dos movimentos agrários, na luta pela reestruturação da realidade fundiária e na defesa de direitos sociais políticos, colocam como atores e sujeitos das transformações políticas rumo à democratização das relações sociais no Brasil. (SAUER, 2008, p. 45-46).

O desafio da democratização da sociedade agrária passa por um processo em que os movimentos populares rurais se sintam sujeitos capazes e necessários de um Projeto de Reforma Agrária que altere as bases do modelo de desenvolvimento atual e que crie novas bases de integração. Esse processo faz com que aconteça a reestruturação da produção agrícola, fortalecendo a cidadania dos trabalhadores rurais, entendida como garantia de direitos fundamentais e capacidade de intervenção democrática na definição de políticas que lhe dizem respeito". (GRZYBOWSKI, 1994 apud SAUER, 2008 p. 48-49).

Os movimentos sindicais promovidos pelas entidades representativas do agricultor familiar servem como forma de incentivo aos agricultores para lutar e perseverar pelos seus direitos.

2.5 O AGRICULTOR FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir da década de 80 os incentivos ao financiamentos começaram a se expandir garantindo ao agricultor um direito e uma oportunidade de ter condições de investir na propriedade.

> O período após a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi de grande expansão no crédito rural brasileiro, motivada, principalmente, pela grande liquidez econômica mundial. Com a crise da dívida externa, no início da década de 1980, este ciclo de crescimento nos investimentos chegou ao fim. (PRETTO, 2005, p.35).

Novas fontes de financiamento surgiram durante a década de 1980, para suprir a lacuna deixada pelo governo federal, que estava mais preocupado no combate à inflação. Entretanto, Santiago e Silva (1999, p.57) acreditam que os produtores rurais se endividaram junto às instituições financeiras durante a década de 1990, onde este fato aconteceu devido aos diversos planos de estabilização do período e à constante mudança nas regras e operacionalidade do crédito rural. Por meio de informações fornecidas pelo Banco do Brasil (BB), a taxa média de inadimplência era de 2,5% em 1981. Esta taxa subiu para 12% em 1988 e, após várias negociações e perdões, caiu para 6,6% em 1996. Além disto, com o Plano Collor I, houve um aumento nos processos judiciais devido às diferenças entre a correção dos preços mínimos e os saldos devedores dos contratos de financiamento.

Pretto (2005, p.40) afirmou que mudanças no padrão de financiamento tornaram o acesso dos pequenos agricultores ao crédito muito difícil. Entretanto, devido às pressões dos movimentos sociais do campo, o governo precisou mudar sua forma de atuação nesta área a partir da década de 1990.

> A formulação de políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados, mas também está fundamentada em formulações conceituais desenvolvida pela comunidade acadêmica nacional e apoiada em modelos de agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e o Banco Mundial. (ANUÁRIO, 2013, p. 10-11).

Santiago e Silva (1999, p.63) mostraram que os programas oferecidos pelo governo federal passaram a favorecer os produtores de renda baixa. E neste contexto surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

“O que caracteriza a Reforma Agrária é que, mudando a base da matriz distributiva, dotando parte dos pobres rurais com a condição básica para se tornarem produtores, altera-se a qualidade de sua inserção no sistema econômico e na cidadania”. (ABRAMOVAY, 1993, p. 41).

Para Sauer (2008, p. 50) a luta pela reforma agrária, promove mudanças tanto no meio rural, alterando bases e princípios do atual modelo agropecuário, quanto na estrutura

econômica, política e cultural da sociedade como um todo. A constituição de sujeitos políticos e a integração social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de alargarem as perspectivas de trabalho e vida, alteram a correlação de forças, permitindo a democratização das relações sociais.

A luta pela terra, pela ampliação e consolidação da agricultura familiar camponesa, aponta para avanços importantes na construção de um desenvolvimento sustentável. O fortalecimento e a viabilização da agricultura familiar camponesa, bem como a geração de empregos, no meio rural implicam mudanças significativas no atual padrão de desenvolvimento, abrindo perspectivas para uma série de inovações que transcendem a mera modernização tecnológica. (SAUER, 2008, p. 66).

“O acesso a terra é um fator importante para reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra, além de ser um mecanismo fundamental para uma distribuição mais equitativa da renda”. (SAUER, 2008, p. 62).

Para Anjos (2003, p. 119) o setor agrário nacional deveria: gerar divisas mediante o crescimento das exportações e/ou diminuição das importações; garantir o fornecimento de alimentos e matérias-primas a custos constantes; converter-se em mercado consumidor de produtos industriais e, finalmente, financiar o processo de industrialização nacional por intermédio de impostos e tributos à produção, operando, deste modo, a transferência destes recursos para o setor secundário.

> A política agrícola deve ser implementada com um planejamento estratégico diferenciado para as propriedades familiares. Cada classificação deve ter o seu próprio direcionamento. As propriedades familiares periféricas, que estão em subsistência, têm diferentes necessidades quando comparadas com as empresas familiares em transição, que diferem também das empresas familiares consolidadas. Qualquer política agrícola, para que tenha sucesso, deverá plantar-se nos princípios: educativo, programado, participativo, cooperado, democrático, sistêmico e sem distinção. (BLUM, 2001, p. 87).

A agricultura familiar é a base de sustentação de uma mudança cultural no meio rural, sendo necessário uma política agrária capaz de democratizar o acesso a terra. As políticas públicas auxiliam garantindo crédito, subsídio, assistência técnica, programas de auxílio, programas de aquisição de alimento, financiamento e proteção da produção agrícola, programas de geração de renda e agregação de valor.

2.5.1 Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar

O PRONAF foi criado para atender às necessidades dos pequenos produtores rurais que tinham dificuldade de acesso aos financiamentos do crédito rural. Originalmente, o programa era destinado apenas ao custeio das lavouras, com a utilização de taxas de juros de 16% ao ano e bônus de adimplência de 25%, ou seja, se o agricultor familiar pagasse em dia suas dívidas, a taxa de juros real seria de 12% ao ano. (PRETTO, 2005, p.47).

Guanziroli (2007, p.23) afirma que o PRONAF ampliou o financiamento agrícola, criou novas ações para atender as diversas categorias e promoveu uma melhor infra-estrutura tanto dos agricultores quanto dos municípios onde eles se encontravam. O autor também destaca que as condições de pagamento do programa visavam atingir, sobretudo, os produtores rurais descapitalizados e com baixa produtividade.

"As políticas públicas do governo federal para a agricultura familiar são desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) que coordena o PRONAF". (ANUÁRIO, 2013, p. 89).

Na visão de Anjos (2003, p. 272) "o PRONAF foi concebido como programa destinado a potencializar o desenvolvimento rural, tendo na agricultura familiar o referencial como eixo central de sustentação, orientando-se fundamentalmente rumo à geração de emprego e renda no meio rural".

Na proposta original do PRONAF são estabelecidos como beneficiários do programa os agricultores familiares que reúnam os seguintes requisitos: a) utilizar o trabalho direto seu e de sua família, com concurso de empregado eventual ou ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir; b) ter no mínimo 80% da renda familiar originado da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativa; c) residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo; d) não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais[1], quantificados na legislação em vigor. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

"A criação do PRONAF, além de um marco histórico, pois foi o primeiro programa governamental voltado para este segmento social, representou a legitimação do conceito pelo estado". (SCHNEIDER, 2003 apud SAUER, 2008, p. 22).

---

[1] Módulo Fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº. 6.746, de 10 de dezembro de 1979, expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município.

Para Anjos (2003, p. 273) a consecução de uma política pública de apoio à agricultura familiar aparece em num contexto de uma participação progressivamente restritiva da intervenção do governo, podendo acarretar mudanças de escassa amplitude para o público a que se propõe atender. Isso pode ser decisivo se tivermos em mente que a renda das famílias rurais depende diretamente do nível de preços dos produtos agrícolas.

> Para acessar o crédito o agricultor familiar deve procurar a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ou Sindicato Rural no estado para a obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Sem seguida o agricultor deve procurar a empresa de ATER do município para elaborar o Projeto Técnico de Financiamento. O projeto deve ser encaminhado para análise de crédito e aprovação do agente financeiro. (ANUÁRIO, 2013, p. 89).

A agricultura familiar emerge, aliada ao PRONAF, como um instrumento norteador sendo capaz de fornecer os meios para a exploração de potencialidades e superação de obstáculos estruturais do pequeno produtor rural, ensejando a possibilidade de uma inserção na economia e de solução de graves problemas sociais e ambientais.

2.5.1.1 Pronaf e suas linhas de crédito

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é a principal política pública de crédito oferecida pelo MDA. O PRONAF recebeu o aporte de R$ 4,2 bilhões no ano-safra 2002/2003. Ao longo de dez safras, o programa teve aumento de recursos de mais de 400%. Na safra atual (2013/2014), dispõe de R$ 21 bilhões para as linhas de crédito. Atualmente,o PRONAF conta com mais de 3,5 milhões de contratos – de custeio e de investimento. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

O agricultor deve estar com o CPF atualizado e livre de dívidas. As condições de acesso ao Crédito PRONAF, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013), a saber:

a) PRONAF Custeio: Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no PRONAF.

b) PRONAF Mais Alimentos: Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

c) PRONAF Agroindústria: Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

d) PRONAF Agroecologia: Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

e) PRONAF Eco: Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.

f) PRONAF Floresta: Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

g) PRONAF Semiárido: Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.

h) PRONAF Mulher: Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.

i) PRONAF Jovem: Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.

j) PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

k) PRONAF Cota-Parte: Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados à cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

l) Microcrédito Rural: Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

2.5.1.2 Plano Safra 2013/2014 da Agricultura Familiar

Anualmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA lança o Plano Safra da Agricultura Familiar, com vigência de julho a junho do ano seguinte. O conjunto de políticas públicas qualifica e articula os instrumentos construídos e conquistados pelo setor que produz a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros. As medidas foram elaboradas com grandes objetivos: aumento de renda, inovação e tecnologia e estímulo à produção de alimentos, com proteção da renda. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

Para o MDA, o lançamento para a safra 2013/2014 marca os dez anos com avanços significativos nos recursos liberados e nas facilidades de financiamento. Nesses dez anos, a renda da agricultura familiar cresceu 52%, o que permitiu que mais de 3,7 milhões de pessoas ascendessem para a classe média. O segmento é responsável por 4,3 milhões de unidades produtivas - o que representa 84% dos estabelecimentos rurais do país - 33% do

Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e emprega 74% da mão de obra no campo.

Segundo o MDA, a agricultura familiar é um setor estratégico para o País e um dos pilares do projeto nacional de desenvolvimento. Por isso, esse conjunto de políticas fortalece o setor, aumenta a produção de alimentos, e contribui para o crescimento com estabilidade econômica e social. Conforme o quadro 1 resumo do crédito do PRONAF para o Plano Safra 2013/2014 é possível perceber que existem várias linhas de crédito que são disponibilizadas aos agricultores.

Linhas	Faixa I	Faixa II	Faixa III
Pronaf Custeio	Até R$ 10 mil Juros de 1,5% a.a.	Mais de R$ 10 mil até R$ 30 mil Juros de 3% a.a.	Mais de R$ 30 mil até R$ 100 mil Juros de 3,5% a.a.
Pronaf Investimento (Mais Alimentos)	Até R$ 10 mil Juro de 1% a.a.	Mais de R$ 10 mil até R$ 150 mil Juros de 2% a.a.	
Microcrédito Rural	Investimento: Até R$ 3,5 mil por operação. Juro de 0,5% a.a., Custeio: condições estabelecidas na Linha Pronaf Custeio.	Bônus de adimplência de 25% até os primeiros R$ 10,5 mil.	
Pronaf Agroecologia	Até R$ 10 mil; juros de 1% a.a.	Mais de R$ 10 mil até R$ 150 mil, juros de 2% a.a.	
Pronaf Mulher	Até R$ 2,5 mil Juros de 0,5% a.a.	Até R$ 10 mil, juro de 1% a.a. Mais de R$ 10 mil e até R$ 150 mil, juros de 2% a.a.	
Pronaf ECO	Até R$ 10 mil Juros de 1% a.a.	Mais de R$ 10 mil até R$ 150 mil Juros de 2% a.a.	
Pronaf ECO Dendê	Até R$ 8 mil/ha; Até R$ 10 mil, juro de 1% ao ano Acima de R$ 10 mil e até R$ 80 mil por mutuário, juros de R$ 2% a.a.		
Pronaf ECO Seringueira	Até R$ 15 mil/ha; Até R$ 80 mil por mutuário, juros de R$ 2% a.a.		
Pronaf Agroindústria	Individual e Empreendimentos Familiares Rurais até R$ 10 mil; Cooperativas e associações até R$ 1 milhão, respeitando o limite individual de até R$ 10 mil por associado ativo. Juro de 1% a.a	Individual acima de R$ 10 mil e até R$ 150 mil; Empreendimento Familiar Rural acima de R$ 10 mil e até R$ 300 mil; Cooperativas e associações acima de R$ 1milhão e até R$ 35 milhões, respeitando o limite individual de até R$ 45 mil por associado ativo. Juros de 2% a.a	
Pronaf Semiárido	Até R$ 18 mil, juro de 1% a.a.		

Continua...

Continuação.

Linhas	Faixa I	Faixa II	Faixa III
Pronaf Jovem	Até R$ 15 mil, juro de 1% a.a.		
Pronaf Floresta	Até R$ 35 mil, juro de 1% a.a.		
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Individual até R$ 10 mil; Empreendimento familiar rural - até R$ 210 mil Associações - até R$ 4 milhões Cooperativas singulares até R$ 10 milhões e Cooperativas Centrais R$ 30 milhões. Juros de 4% a.a		
Pronaf Cota-Parte	Individual: até R$ 20 mil; Cooperativa - até R$ 20 milhões; juros 4% a.a.		
Pronaf Investimento para a Reforma Agrária	Até R$ 20 mil, mais R$ 1.5 mil para ATER. Juro 0,5% a.a.,Bônus de adimplência de 44,186%		
Pronaf Custeio para a Reforma Agrária	Até R$ 5 mil por operação; até 3 operações; juros 1,5% a.a.		

Quadro 1 - Resumo de crédito PRONAF safra 2013/2014
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário 2013.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

3 METODOLOGIA

Para que os resultados da pesquisa atinjam os objetivos propostos é fundamental seguir certos procedimentos metodológicos. Para Diehl e Tatim (2004, p. 47), “a metodologia pode ser definida como o estudo e a avaliação dos diversos métodos, com o propósito de identificar possibilidades e limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica”.

Segundo os autores, o método compreende um processo intelectual que é a abordagem de um problema mediante a análise prévia e sistemática das vias possíveis de acesso à solução, e o processo operacional que é a maneira lógica de organizar a sequência das diversas atividades para chegar a um fim almejado.

Apresentam-se nos próximos itens a classificação da pesquisa quanto: ao delineamento, população e amostra, procedimentos e técnica de coleta de dados, análise e interpretação dos dados e as variáveis de estudo.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Essa pesquisa tem como objetivo avaliar, em específico, uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Mais Alimentos em duas unidades familiares. O procedimento técnico utilizado será o de levantamento que segundo Diehl e Tatim (2004, p. 60) “as pesquisas desse tipo caracterizam-se pelo questionamento direto das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”.

Quanto à abordagem do problema é caracterizada por quantitativa e qualitativa onde Diehl e Tatim (2004, p. 51) descrevem que os estudos quantitativos têm como objetivo garantir resultados, evitando distorções de análise e interpretação possibilitando uma

margem de segurança maior quanto às interferências.

> Os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de dado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (DIEHL; TATIM ,2004, p.52).

O método descritivo foi utilizado, segundo o objetivo geral, onde descreve as características de determinada população ou fenômeno. Além de levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Em relação ao propósito, enquadra-se na pesquisa-diagnóstico, que segundo Diehl e Tatim (2004, p. 57) a pesquisa-diagnóstico apresenta um conjunto de técnicas e instrumentos de análise que permitem não só o diagnóstico, como também a racionalização dos sistemas.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Diehl e Tatim (2004, p. 64) descrevem população e amostra como sendo:

> População ou universo é um conjunto de elementos passiveis de serem mensurados com respeito às variáveis que se pretende levantar. A população pode ser formada por pessoas, famílias, empresas, ou qualquer outro tipo de elemento, conforme objetivos da pesquisa. Amostra é uma porção ou parcela da população convenientemente selecionada.

No processo de amostragem existem duas grandes divisões: a amostragem probabilística e a amostragem não probabilística. Neste trabalho, será utilizada a amostragem não probabilística onde, segundo Diehl e Tatim (2004, p. 65), “nesse tipo de amostragem não são utilizadas as formas aleatórias de seleção, podendo esta ser feita de forma intencional, com o pesquisador se dirigindo a determinados elementos considerados típicos da população que se deseja estudar”.

A população em estudo, foi duas famílias de agricultores familiares dos municípios de Nova Boa Vista-RS e Sarandi-RS, residentes no interior do município e enquadrados na linha de crédito do PRONAF.

Os entrevistados foram chamados de entrevistado 1 e entrevistado 2 para melhor exposição e explicação da análise dos dados.

3.3 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

A técnica de coleta de dados que foi utilizada é a entrevista que segundo Diehl e Tatim (2004, p. 66) ”é um encontro de duas pessoas cujo objetivo é que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto mediante uma conversação de natureza profissional”.

Em relação ao tipo de entrevista, ela se enquadra como padronizada ou estruturada, que na de Diehl e Tatim (2004, p. 66) o entrevistador segue um roteiro estabelecido, as perguntas feitas são pré-determinadas. Este tipo de entrevista se realiza a partir de um formulário elaborado e é efetuado com pessoas selecionadas de acordo com um plano.

As duas entrevistas foram realizadas no dia 21/09/2013 nas residências dos agricultores.

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Depois de realizada a pesquisa, fez-se necessário organizar as informações recebidas, para interpretá-las da forma mais eficaz possível.

A análise dos dados objetivou organizá-los de tal forma que eles possibilitem o fornecimento da resposta ao problema proposto para a investigação.

> Na pesquisa de caráter tanto quantitativo quanto qualitativo, existe a necessidade de organizar os dados coletados para que eles possam se interpretados pelo pesquisador. Existem instrumentos específicos de análise dos dados, os quais se ajustam aos diferentes tipos de pesquisa e de material colhido. (DIEHL; TATIM, 2004, p. 82).

Assim, após a coleta dos dados, realizou-se a análise dos mesmos em relação à agregação de renda nas propriedades e na satisfação dos agricultores familiares em relação ao PRONAF, mais especificamente a linha de crédito Mais Alimentos.

3.5 VARIÁVEIS DE ESTUDO

3.5.1 Agregação de renda

Para que o agricultor tenha uma subsistência no campo é necessário agregar renda na propriedade. Com o PRONAF é possível ter um acesso mais facilitado a novas tecnologias que acabam agregando mais renda na propriedade.

> O programa Mais Alimentos alia a ATER ao crédito do PRONAF, onde o objetivo é levar tecnologia às propriedades, viabilizando o acesso à mecanização no campo, aumentando a produtividade ajudando assim a agregar mais renda tornando o agricultor mais competitivo no mercado. (ANUÁRIO, 2013, p. 101).

A avaliação desta variável de estudo é de suma importância, pois vem ao encontro dos objetivos desta política pública disponibilizada pelo governo.

3.5.2 Satisfação do agricultor familiar com as linhas de crédito do PRONAF

O PRONAF é uma política pública que visa o incentivo da produção familiar, proporcionando linhas de crédito que auxiliam e facilitam o produtor a potencializar a sua propriedade buscando a subsistência.

A Agricultura Familiar no Brasil é de extrema importância para a segurança alimentar. Para que a produção atenda a demanda e tenha qualidade é importante o investimento em política, para otimizar as formas de cultivo. Isso passa passa pela mecanização da agricultura familiar, garantindo técnicas adequadas de manejo e processamento, produção, qualidade e diminuindo o esforço manual do agricultor. Se o objetivo do programa for cumprido o agricultor ficará satisfeito com os resultados. (ANUÁRIO, 2013, p. 134).

Para que o programa possa ter êxito é necessário saber qual o nível de satisfação dos agricultores. Se o programa está suprindo as suas necessidades e se estão sendo bem atendidos pelas linhas de crédito do PRONAF.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Buscando atender os objetivos deste estudo, neste capítulo apresenta-se a caracterização do ambiente estudado e as informações coletadas através da pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE ESTUDADO

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a agricultura familiar tem como base três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes. (BLUM, 2001, p. 62).

Os dois agricultores entrevistados residem no interior dos municípios de Nova Boa Vista-RS e de Sarandi-RS. Os mesmos possuem a DAP, são agricultores familiares e segundo o MDA podem ter acesso as linhas de crédito disponibilizadas pelo PRONAF.

O quadro 2 demonstra a produção de soja, milho, trigo e atividade leiteira por safra do entrevistado 1. O produtor manteve uma área constante durante as três safras e considera que a sua atividade principal, dentro da agricultura, e que traz maior rentabilidade é a cultura da soja.

Atividade	Safra 2011/2012	Safra 2012/2013	Safra 2013/2014
Soja	250 sacas	250 sacas	250 sacas
Milho	390 sacas	390 sacas	390 sacas
Trigo	350 sacas	350 sacas	350 sacas
Atividade Leiteira	50.000 L/ ano	50.000 L/ ano	50.000 L/ ano

Quadro 2 - Produção por safra do entrevistado 1
Fonte: Plano Simplificado de crédito - Cooperativa Cresol.

A descrição da produção do entrevistado 2 está exposta através do quadro 3. Fica evidente que a sua atividade principal é a leiteira, onde dedica a maior parte do seu tempo no dia e que traz maior rentabilidade.

Atividade	Safra 2011/2012	Safra 2012/2013	Safra 2013/2014
Soja	600 sacas	600 sacas	720 sacas
Milho	500 sacas	500 sacas	600 sacas
Atividade Leiteira	96.000 L/ano	96.000 L/ano	108.000 L/ano

Quadro 3 - Produção por safra do entrevistado 2
Fonte: Plano Simplificado de crédito - Cooperativa Cresol.

Justifica-se a necessidade do financiamento de uma colheitadeira para o entrevistado 1 pois o mesmo possui como atividade principal a produção de grãos, possuindo uma área agricultável considerável. Com a aquisição ocorre uma redução de custos, pois o bem agiliza o trabalho, efetuando a colheita na época mais indicada para cada cultura, reduzindo perdas e conseqüentemente aumentando os ganhos. Também presta serviços de colheita na safra de todas as culturas para os agricultores familiares que não possuem colheitadeira. Deste modo acaba aumentando a sua renda, fazendo com que a aquisição do bem seja viável.

Para o entrevistado 2 justifica-se a aquisição do trator pois facilita o trabalho, já que considera que a sua atividade principal é a pecuária. O bem financiado ajuda nos processos produtivos, otimizando o tempo do agricultor para outras atividades na propriedade. Leva-se em consideração que o agricultor é mais ágil na hora de plantar a pastagem para o gado, fazendo assim uma rotação mais rápida dos piquetes, revertendo este ganho em produtividade do gado leiteiro. O produtor pode contar com esta tecnologia para o plantio das culturas anuais, conseguindo semear uma lavoura uniforme, fazer os tratamentos com os defensivos na época adequada para o posterior ganho em produtividade.

Conforme os anexos (ANEXO A, ANEXO B) a instituição financeira escolhida pelos agricultores familiares para encaminhar o financiamento considerou, para os dois

casos, que os projetos são viáveis em relação à capacidade de pagamento, por isso, o crédito foi liberado para ambos.

No quadro 4 pode-se observar o valor do financiamento para o entrevistado 1 e para o entrevistado 2. O entrevistado 1 utilizou 70,37% de recursos próprios, utilizando 29,63% do financiamento já o entrevistado 2 financiou 100% do bem.

Beneficiado	Valor total do bem	Recursos próprios	Valor financiado
Entrevistado 1	R$ 270.000,00	R$ 190.000,00	R$ 80.000,00
Entrevistado 2	R$ 83.557,62	R$ 0,00	R$ 83.557,62

Quadro 4 - Descrição dos valores dos financiamentos
Fonte: Plano Simplificado de crédito - Cooperativa Cresol.

4.2 AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ACESSO, PRODUTIVIDADE E AGREGAÇÃO DE RENDA

Através da entrevista realizada com o entrevistado 1 e o entrevistado 2 (APÊNDICE A e APÊNDICE B respectivamente) pode-se ter uma visão em relação ao acesso ao programa, ao aumento da produtividade e sobre a agregação de renda sobre a ótica dos entrevistados.

Conforme tabela 1, na análise de melhoria da produtividade após a aquisição do bem, ambos responderam que o bem financiado trouxe muitas melhorias na produtividade.

Tabela 1 - Melhorias na produtividade

Questão	Nenhuma	Pouca	Média	Muita
O financiamento para a aquisição do bem trouxe melhorias na produtividade?	0%	0%	0%	100%

Fonte: Dados primários 2013.

Sobre o grau de dificuldade para a liberação do financiamento, conforme tabela 2, o entrevistado 1 teve pouca dificuldade e o entrevistado 2 não teve nenhuma dificuldade.

Para os dois casos a burocracia foi um dos impasses na obtenção do crédito. O entrevistado 1 também considerou que comprovação de renda foi uma das maiores dificuldades.

Tabela 2 - Grau de dificuldade para a liberação do financiamento

Questão	Nenhuma	Pouca	Média	Muita
Qual foi o grau de dificuldade para a liberação do financiamento?	50%	50%	0%	0%

Fonte: Dados primários 2013.

Em relação ao acesso aos financiamentos antes da existência do PRONAF, conforme tabela 3, os dois entrevistados consideraram que os financiamentos eram pouco acessíveis, não tendo possibilidade de buscar recursos para a propriedade com tanta facilidade que se tem hoje em dia.

Tabela 3 - Acesso aos financiamentos antes da existência do PRONAF

Questão	Pouco Acessível	Acessível	Muito Acessível
Como era o acesso aos financiamentos antes da existência do PRONAF?	100%	0%	0%

Fonte: Dados primários 2013.

Quando questionados sobre a rentabilidade, ambos, entrevistado 1 e entrevistado 2, responderam que a rentabilidade obtida após o financiamento está sendo suficiente para pagar o crédito que adquiriram, conforme tabela 4.

Tabela 4 - Rentabilidade

Questão	Sim	Não
A rentabilidade obtida após o financiamento está sendo suficiente para pagar o crédito?	100%	0%

Fonte: Dados primários 2013.

Sobre a agregação de renda na propriedade, conforme tabela 5, o entrevistado 1 considera que conseguiu agregar de 40% à 60% de renda na propriedade após a aquisição do bem através da linha de crédito do PRONAF Programa Mais Alimentos. O entrevistado 2 considera que conseguiu agregar de 0% à 20% de renda na propriedade.

Tabela 5 - Agregação de renda

Questão	0% à 20%	20 à 40%	40% à 60%	60% à 100%
De uma maneira geral, o PRONAF com as suas linhas de crédito estão ajudando a agregar mais renda na propriedade? Quanto aumentou a rentabilidade em percentual?	50%	0%	50%	0%

Fonte: Dados primários 2013.

A linha de crédito Mais Alimentos do PRONAF, ajudou a agregar mais renda nas propriedades dos entrevistados com o aumento da produtividade que o bem financiado proporcionou. Apesar de relatarem que tiveram alguma dificuldade em relação a comprovação e liberação do financiamento pode-se dizer que o foi válido pelo fato de estarem conseguindo rentabilidade necessária para pagar o crédito e conseguir executar as atividades na propriedade com maior agilidade e facilidade.

4.3 AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E SATISFAÇÃO

A avaliação dos entrevistados sobre as condições de pagamento e a satisfação será exposta a seguir com base no APÊNDICE A e APÊNDICE B.

Os entrevistados afirmam que a forma de pagamento está de acordo para a rentabilidade de pagar, conforme tabela 6, e que as quantidades de parcelas condizem com a sua capacidade de pagamento.

Tabela 6 - Forma de pagamento

Questão	Sim	Não
A forma de pagamento está de acordo para a rentabilidade se pagar? A quantidade de parcelas condizem com a capacidade de pagamento?	100%	0%

Fonte: Dados primários 2013.

Para os dois entrevistados, o financiamento atendeu as necessidades e acreditam que com estas políticas públicas está ajudando a fixar o pequeno agricultor no campo, pois os recursos ficaram cada vez mais acessíveis existindo uma grande satisfação, da parte dos

produtores, conforme tabela 7.

Tabela 7 - Satisfação com o programa

Questão	Sim	Não
O financiamento atendeu as suas necessidades?	100%	0%
Na sua opinião, os programas de incentivo do governo, atingem o objetivo de fixar o pequeno produtor na campo?	100%	0%

Fonte: Dados primários 2013.

Com este financiamento os produtores entrevistados acreditam estarem fazendo um investimento à longo prazo, com vista a permanência das próximas gerações nos campo, dando sequencia no trabalho executado assegurando a produção de alimentos para toda a sociedade.

4.4 SUGESTÕES

O PRONAF Mais Alimentos tem viabilizado o acesso à mecanização no campo, deixando a tecnologia mais perto do agricultor familiar trazendo, assim, benefícios para a unidade familiar. O programa tem um grande potencial de crescimento beneficiando, assim, cada vez mais esta classe.

O programa no geral está sendo viável para os produtores entrevistados, ajudando na melhoria da produtividade e na agregação de renda na propriedade. Os produtores estão se sentindo satisfeitos com o bem financiado e com esta política pública.

Pelos motivos expostos não se tem sugestões de melhorias em relação ao PRONAF Mais Alimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, ao longo de sua história, foi e continua sendo um país onde a agricultura tem papel de destaque na economia nacional. O PRONAF foi criado na metade da década de 1990, com taxas de juros menores, possibilitando o acesso dos agricultores de médio e pequeno porte aos financiamentos, trazendo inquestionáveis efeitos positivos ao desenvolvimento rural brasileiro.

Os créditos de investimento estão restritos ao financiamento de itens diretamente relacionados com a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, de armazenagem, de transporte ou de serviços agropecuários ou não agropecuários.

O crédito agrícola é um instrumento vigoroso de desenvolvimento e justiça social, sempre e quando forem cuidadosamente planejadas as metas, o público-alvo a ser priorizado, os limites e obstáculos em sua implementação.

A busca de alternativas de geração de renda tem sido um dos principais argumentos utilizado pelos mediadores e um dos focos de intervenção das políticas públicas, dado que a necessidade de buscar renda é uma das causas do abandono das atividades agrícolas.

Através do programa os agricultores conseguiram aumentar a produtividade, gerar ocupação e empregos sem falar nas perspectivas positivas em relação ao desenvolvimento e permanência das próximas gerações no campo.

Sobre a questão principal abordada neste trabalho, percebeu-se que os produtores conseguiram agregar mais renda na propriedade, onde o financiamento através da linha de crédito Mais Alimentos do PRONAF fez com que a produtividade aumentasse e que o agricultor tivesse mais disponibilidade para fazer outras atividades dentro da propriedade.

Através das suas linhas de crédito, o PRONAF beneficia milhares de famílias, onde o

produtor pode avaliar qual linha de crédito é mais válida e necessária para a sua propriedade e para as atividades que são exercidas nela.

O PRONAF está nas duas unidades familiares, onde os agricultores apresentaram poucas dificuldades para a obtenção do crédito. A forma de pagamento também está de acordo com a capacidade de pagamento dos agricultores.

Neste estudo ficou clara a percepção dos agricultores entrevistados em relação à satisfação das linhas de crédito do PRONAF, mais especificamente a linha de crédito Mais Alimentos, onde todos se mostraram a favor e satisfeitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Reforma agrária:** o sentido econômico de uma política distributiva. Reforma Agrária, Campinas, 1993.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** 2013.

ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil.** Pelotas: Ed. Universidade Federal de Pelotas, 2003.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA AGRICULTURA FAMILIAR 2013. Bota Amarela Editora. 2013. Disponível em: <http://www.agriculturafamiliar.agr.br>. Acesso em: 10 abr. 2013.

BLUM, Rubens. **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2001.

CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2000.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Nem fome, nem miséria:** o campo é uma solução. In: CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES RURAIS, Brasília, DF, Anais... Brasilia, DF: Contag, 1995.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas:** métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

GUANZIROLI, Carlos E. **PRONAF dez anos depois:** resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, vol. 45, 2007.

LIMA, Arlindo Prestes de et al. **Administração da unidade de produção familiar:** modalidades de trabalho com agricultores. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Secretaria da agricultura familiar.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf>. Acesso em: 23 abr. 2013.

MONTOYA, Marco Antônio. **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2001.

PRETTO, José Miguel. **Amplitude e restrições ao acesso de Pronaf investimento no Rio Grande do Sul**: um estudo de três operações de financiamento envolvendo cooperativas de crédito rural, cooperativas de produção agropecuária e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. 2005. 129 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2005.

SANTIAGO, Maura M. D.; SILVA, Valquíria da. **A política de crédito rural e o endividamento do setor agrícola:** antecedentes e desdobramentos recentes. 1999. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=430>. Acesso em: 24 ago. 2013.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio:** a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B.. **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O ENTREVISTADO 1

MÓDULO I – DADOS PESSOAIS

1- Nome: Ildo Antônio Fritzen

2- Idade: 48 anos

3- Cidade: Nova Boa Vista-RS

4- Atividade Principal:

(X)Soja ( )Trigo ( )Milho ( )PECUÁRIA

MÓDULO II- ACESSO, UTILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR- PRONAF MAIS ALIMENTOS

5- O financiamento para a aquisição do bem trouxe melhorias na produtividade?

( ) Nenhuma ( ) Pouca ( ) Média (X) Muita

6- Qual foi o grau de dificuldade para a liberação do financiamento:

( ) Nenhuma (X) Pouca ( ) Média ( ) Muita

7- Quais as dificuldades para a obtenção do crédito:
Resposta: Tive dificuldades na hora de comprovar a renda, este processo teve muita burocracia.

8- Como era o acesso aos financiamentos antes da existência do PRONAF?

(X) Pouco Acessível ( ) Acessível ( ) Muito Acessível

9- A rentabilidade obtida após o financiamento está sendo suficiente para pagar o crédito?

(X) Sim ( ) Não

10- Sobre a Agregação de Renda na propriedade:

A) De uma ma maneira geral, você acha que o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF com suas linhas de crédito estão ajudando a agregar mais renda na propriedade?

(X) Sim ( ) Não

B) Em percentual, quanto aumentou a rentabilidade na propriedade?

( ) 0% à 20% ( ) 20% à 40% (X) 40% à 60% ( ) 60% à 100%

11- Sobre o pagamento:

A) A forma de pagamento está de acordo para a rentabilidade se pagar?

(X) Sim ( ) Não

B) A quantidade de parcelas condizem com a sua capacidade de pagamento?

(X) Sim ( ) Não

12- Em relação a satisfação:

A) Acha que o financiamento atendeu as suas necessidades?

(X) Sim ( ) Não

B) Na sua opinião, os programas de incentivo do governo (financiamentos) atingem o objetivo de fixar o pequeno produtor no campo?

(X) Sim ( ) Não

C) Na sua opinião, os investimentos efetuados são de curto ou longo prazo, com vista a permanência no campo das próximas gerações?

( ) Curto Prazo (X) Longo Prazo

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM O ENTREVISTADO 2

MÓDULO I – DADOS PESSOAIS

1- Nome: Juliano Vicari

2- Idade: 36 anos

3- Cidade: Sarandi-RS

4- Atividade Principal:

( )Soja ( )Trigo ( )Milho (X)PECUÁRIA

MÓDULO II- ACESSO, UTILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR- PRONAF MAIS ALIMENTOS

5- O financiamento para a aquisição do bem trouxe melhorias na produtividade?

( ) Nenhuma ( ) Pouca ( ) Média (X) Muita

6- Qual foi o grau de dificuldade para a liberação do financiamento:

(X) Nenhuma ( ) Pouca ( ) Média ( ) Muita

7- Quais as dificuldades para a obtenção do crédito:
Resposta: Achei que teve muita burocracia.

8- Como era o acesso aos financiamentos antes da existência do PRONAF?

(X) Pouco Acessível ( ) Acessível ( ) Muito Acessível

9- A rentabilidade obtida após o financiamento está sendo suficiente para pagar o crédito?

(X) Sim ( ) Não

10- Sobre a Agregação de Renda na propriedade:

A) De uma ma maneira geral, você acha que o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF com suas linhas de crédito estão ajudando a agregar mais renda na propriedade?

(X) Sim ( ) Não

B) Em percentual, quanto aumentou a rentabilidade na propriedade?

(X) 0% à 20% ( ) 20% à 40% ( ) 40% à 60% ( ) 60% à 100%

11- Sobre o pagamento:

A) A forma de pagamento está de acordo para a rentabilidade se pagar?

(X) Sim ( ) Não

B) A quantidade de parcelas condizem com a sua capacidade de pagamento?

(X) Sim ( ) Não

12- Em relação a satisfação:

A) Acha que o financiamento atendeu as suas necessidades?

(X) Sim ( ) Não

B) Na sua opinião, os programas de incentivo do governo (financiamentos) atingem o objetivo de fixar o pequeno produtor no campo?

(X) Sim ( ) Não

C) Na sua opinião, os investimentos efetuados são de curto ou longo prazo, com vista a permanência no campo das próximas gerações?

( ) Curto Prazo (X) Longo Prazo

ANEXOS

ANEXO A- PLANO SIMPLIFICADO DE CRÉDITO- COOPERATIVA CRESOL DO ENTREVISTADO 1

CRESOL COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA | CENTRAL SC/RS	**PLANO SIMPLIFICADO DE CRÉDITO**		
Programa	Mais Alimentos		
Cooperativa:	Cresol Central Sarandi		
DADOS DO PROPONENTE			
Nome:	Hildo Antônio Fritzen	**CPF:**	529.818.860-53
Endereço:	Linha Maneador		
Município	Nova Boa Vista	**UF:**	RS
DADOS DA PROPOSTA			
Finalidade do crédito	Modernização da propriedade com a aquisição de uma colheitadeira		
Valor do orçamento	R$ 270.000,00		
Recursos próprios	R$ 190.000,00		
Valor financiado	R$ 80.000,00		
Descrição do objeto	Aquisição de uma colheitadeira, marca Massey Fergunson, modelo MF 5650, nova, com plataforma de corte Dyna Flex, de 16 pés, finame: 814148, no valor de R$270.000,00. Total financiado: R$80.000,00		
Aval de terceiros		**Valor da Garantia**	R$ 460.000,00
Garantia Real	x		
Descrição da garantia	Em penhor cedular de primeiro grau, o emitente dá a Cresol de Sarandi, o bem de propriedade de HILDO ANTÔNIO FRITZEN CPF: 529.818.860-53, IRIO ALBERTO FRITZEN CPF: 552.064.840-91, WALDIR PEDRO MARMET CPF: 307.726.130-87 e IDO JOSÉ FRITZEN CPF: 552.058.790-68, uma colheitadeira marca Massey Fergunson, versão 877, modelo MF 5650, código finame 814148, avaliado em 20 de abril de 2012 em R$270.000,00. Em hipoteca cedular de 1º grau, o (s) emitente (s) dão a Cresol de Sarandi, sem concorrÊncia de terceiros o imóvel de propriedade do Sr WALDIR PEDRO MARMET, casado pelo regime de comunhão de bens com INÊS MARIA MARMET, que a seguir se decreve e caracteria uma área de terras de cultura dentro do lotes nº 225, 226, do segundo perímetro da Colônia Sarandi, com área de 127.292,00 m^2, de um total de 254.584 m^2, sem benfeitorias localizada na Linha Maneador, situado no município de Nova Boa Vista. O imóvel foi havido conforme matrícula R/2556 do livro livro nº 2 da folha 2 do registro de imóveis de Sarandi.		
ÁREAS BENEFICIADAS- PRÓPRIAS			
Área em há	**Nº. da matrícula**	**Local do empreendimento**	
4	6.614	Linha Maneador- Nova Boa Vista	
4,98	16.352	Linha Maneador- Nova Boa Vista	
ÁREAS BENEFICIADAS- TERCEIROS			
Área em há	**Nº. da matrícula**	**Local do empreendimento**	
******	******	******	

PRODUÇÃO ANUAL 2011/2012- FATURAMENTO-AGRICULTURA							
AGRICULTURA	**Culturas**	**Área (há)**	**Produção/há**		**Produção total**	**Valor Uni.**	**Receita**
	SOJA	5	50	SC	250	R$ 48,00	R$ 12.000,00
	MILHO	3	130	SC	390	R$ 20,00	R$ 7.800,00
	TRIGO	7	50	SC	350	R$ 28,00	R$ 9.800,00
					Subtotal		R$ 29.600,00
PECUÁRIA	**Atividades**	**Quantidade**		**Produção anual**		**Valor Uni.**	**Receita**
	Vacas	9	cabeças	50.000	L/ano	R$ 0,65	R$ 32.500,00
					Subtotal		R$ 32.500,00
					TOTAL		**R$ 62.100,00**
PRODUÇÃO ANUAL 2012/2013- FATURAMENTO-AGRICULTURA							
AGRICULTURA	**Culturas**	**Área (há)**	**Produção/há**		**Produção total**	**Valor Uni.**	**Receita**
	SOJA	5	50	SC	250	R$ 65,00	R$ 16.250,00
	MILHO	3	130	SC	390	R$ 22,00	R$ 8.580,00
	TRIGO	7	50	SC	350	R$ 38,00	R$ 13.300,00
					Subtotal		R$ 38.130,00
PECUÁRIA	**Atividades**	**Quantidade**		**Produção anual**		**Valor Uni.**	**Receita**
	Vacas	9	cabeças	50.000	L/ano	R$ 0,80	R$ 40.000,00
					Subtotal		R$ 40.000,00
					TOTAL		**R$ 78.130,00**
PRODUÇÃO ANUAL 2013/2014- FATURAMENTO-AGRICULTURA							
AGRICULTURA	**Culturas**	**Área (há)**	**Produção/há**		**Produção total**	**Valor Uni.**	**Receita**
	SOJA	5	50	SC	250	R$ 65,00	R$ 16.250,00
	MILHO	3	130	SC	390	R$ 22,00	R$ 8.580,00
	TRIGO	7	50	SC	350	R$ 38,00	R$ 13.300,00
					Subtotal		R$ 38.130,00
PECUÁRIA	**Atividades**	**Quantidade**		**Produção anual**		**Valor Uni.**	**Receita**
	Vacas	9	cabeças	50.000	L/ano	R$ 0,95	R$ 47.500,00
					Subtotal		R$ 47.500,00
					TOTAL		**R$ 85.630,00**

ASPECTOS TÉCNICOS DO PLANO

Descrição da área e como ela está sendo usada, tipo de atividadea que se destina, etapas de implantação do projeto e resultados que serão obtidos

A família possui como atividade principal a produção de grãos onde vem desenvolvendo esta atividade durante anos. O grupo familiar possui uma quantidade significativa de área cultivável e a nova colheitadeira irá reduzir custos e aumentar a renda da família, tendo em vista que a mesma irá agilizar o trabalho, colhendo na época mais indicada, reduzindo perdas tendo assim maior lucratividade, justificando assim o financiamento.

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

Carência	Número de Parcelas	Prazo Total	Contratação	1ª Parcela	Última Parcela	Juro %	Valor Aproximado da Parcela
0 anos	10	10 anos	10/10/2012	15/05/2013	15/05/2023	2%	R$ 9.600,00

ANEXO B - PLANO SIMPLIFICADO DE CRÉDITO-COOPERATIVA CRESOL DO ENTREVISTADO 2

CRESOL COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA | CENTRAL SC/RS	**PLANO SIMPLIFICADO DE CRÉDITO**		
Programa	Mais Alimentos		
Cooperativa:	Cresol Central Sarandi		
DADOS DO PROPONENTE			
Nome:	Juliano Vicari	**CPF:**	768.031.120-04
Endereço:	Linha Perau Alto		
Município	Sarandi	**UF:**	RS
DADOS DA PROPOSTA			
Finalidade do crédito	Modernização da propriedade com a aquisição de um trator		
Valor do orçamento	R$ 83.557,62		
Recursos próprios	R$ 0,00		
Valor financiado	R$ 83.557,62		
Descrição do objeto	Aquisição de um trator marca John Deere, modelo 5078E, finame, 2701563, MDA B 2610104, no valor de R$83.557,62		
Aval de terceiros		**Valor da Garantia**	R$ 130.000,00
Garantia Real	x		
Descrição da garantia	Em hipoteca cedular o emitente dá a Cresol Sarandi: Um imóvel, loja 01, situada no andar térreo ou segundo pavimento, localizada na frente do pavimento, a primeira contada da esquerda a direita na Rua Paulo Dal'Oglio olhar para o Edifício Eldorado, composta de área para sala e dois WC., com fração ideal de 0,10208 no terreno e demais coisas de uso comum e fins proveitosos do edifício, sendo o terreno urbano sob o nº 4 da quadra nº 61, quarteirão nº 12, situado na cidade de Sarandi, com frente para a Rua Paulo Dal'Oglio, com área superficial de 344,93m^2, medindo 17,00X 20,29 m, de propriedade de Deonita Bonamigo Furini portadora do CPF: 5050.023.440-91, casada com Sérgio Piaia Furini, confrontando e medindo: ao noroeste, onde mede 20,29 m, com lote nº 06, ao sudoeste onde mede 20,2, com lote nº 06, suleste, onde mede 17,00 me faz frente com a Rua Paulo Dal'Ogli, lado ímpar, ao noroeste, onde mede 17,00 com parte do lote nº04, avaliada em R$130.000,00.		

ÁREAS BENEFICIADAS- PRÓPRIAS		
Área em há	**Nº da matrícula**	**Local do empreendimento**
7	20.125	Linha Perau Alto - Sarandi
18	20.438	Linha Perau Alto - Sarandi
ÁREAS BENEFICIADAS- TERCEIROS		
Área em há	**Nº. da matrícula**	**Local do empreendimento**
4	28.510	Colônia Pinheiro-Santa Tereza

PRODUÇÃO ANUAL 2011/2012- FATURAMENTO-AGRICULTURA							
AGRICULTURA	**Culturas**	**Área (há)**	**Produção/há**		**Produção total**	**Valor Uni.**	**Receita**
	SOJA	12	50	SC	600	R$ 48,00	R$ 28.800,00
	MILHO	5	100	SC	500	R$ 20,00	R$ 10.000,00
					Subtotal		R$ 38.800,00
PECUÁRIA	**Atividades**	**Quantidade**		**Produção anual**		**Valor Uni.**	**Receita**
	Vacas	8.000	L/mês	96.000	L/ano	R$ 0,65	R$ 62.400,00
					Subtotal		R$ 62.400,00
					TOTAL		**R$ 101.200,00**
PRODUÇÃO ANUAL 2012/2013- FATURAMENTO-AGRICULTURA							
AGRICULTURA	**Culturas**	**Área (há)**	**Produção/há**		**Produção total**	**Valor Uni.**	**Receita**
	SOJA	12	50	SC	600	R$ 65,00	R$ 39.000,00
	MILHO	5	100	SC	500	R$ 22,00	R$ 11.000,00
					Subtotal		R$ 50.000,00
PECUÁRIA	**Atividades**	**Quantidade**		**Produção anual**		**Valor Uni.**	**Receita**
	Vacas	8.000	L/mês	96.000	L/ano	R$ 0,80	R$ 76.800,00
					Subtotal		R$ 76.800,00
					TOTAL		**R$ 126.800,00**
PRODUÇÃO ANUAL 2013/2014- FATURAMENTO-AGRICULTURA							
AGRICULTURA	**Culturas**	**Área (há)**	**Produção/há**		**Produção total**	**Valor Uni.**	**Receita**
	SOJA	12	50	SC	700	R$ 65,00	R$ 45.500,00
	MILHO	5	100	SC	600	R$ 22,00	R$ 13.200,00
					Subtotal		R$ 58.700,00
PECUÁRIA	**Atividades**	**Quantidade**		**Produção anual**		**Valor Uni.**	**Receita**
	Vacas	9.000	L/mês	108.000	L/ano	R$ 0,95	R$ 102.600,00
					Subtotal		R$ 102.600,00
					TOTAL		**R$ 161.300,00**

ASPECTOS TÉCNICOS DO PLANO

Descrição da área e como ela está sendo usada, tipo de atividade a que se destina, etapas de implantação do projeto e resultados que serão obtidos

Com o investimento o associado pretende adquirir um trator que facilitará o cultivo da propriedade agrícola e pecuária, proporcionando agilidade nos processos produtivos, viabilizando o investimento.

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

Carência	Número de Parcelas	Prazo Total	Contratação	1ª Parcela	Última Parcela	Juro %	Valor Aproximado da Parcela
0 anos	10	10 anos	31/01/2013	15/02/2013	15/02/2023	2%	R$ 10.026,91